

## O conceito de documento na arquivologia, biblioteconomia e museologia

## The concept of document archival science, librarian and museum studies

## El concepto de documento en la archivística, la bibliotecología y la museología

DOI: 10.54033/cadpedv22n14-170

Originals received: 11/17/2025

Acceptance for publication: 12/10/2025

---

### Caio Nogueira Ghirardello

Bacharel em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Instituição: Centro Universitário Claretiano

Endereço: Rio Claro, São Paulo, Brasil

E-mail: nghirardello@gmail.com

---

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo explorar de forma introdutória, a centralidade conceitual do documento enquanto elemento: (i) caracterizador das instituições e entidades voltadas a preservação e difusão da memória social e do patrimônio cultural e (ii) articulador de processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos. No presente estudo, foi dada certa ênfase a caracterização do documento arquivístico. Em caráter exploratório, parte-se dos conceitos mais utilizados pelas Ciências Humanas, a exemplo de documento/monumento e, com ênfase a caracterização do documento arquivístico, são dispostas acepções cujas especificidades refletem o olhar biblioteconômico e museológico. Em caráter geral, são destacadas as noções de suporte e transmissão da informação, contemporaneamente alargadas e problematizadas pelas mudanças profundas engendradas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

**Palavras-chave:** Documento. Arquivo. Biblioteca. Museu.

### ABSTRACT

This work aims to explore, in an introductory way, the conceptual centrality of the document as an element: (i) characterizing institutions and entities dedicated to the preservation and dissemination of social memory and cultural heritage and (ii) articulating archival, library, and museological processes. In this study, emphasis was placed on the characterization of the archival document. In an exploratory manner, it starts from the concepts most used by the Humanities, such as document/monument, and, with emphasis on the characterization of the

archival document, presents meanings whose specificities reflect the library and museological perspective. In general terms, the notions of support and transmission of information are highlighted, contemporarily broadened and problematized by the profound changes engendered by Information and Communication Technologies (ICTs).

**Keywords:** Document. Archive. Library. Museum.

## RESUMEN

Este trabajo pretende explorar, de manera introductoria, la centralidad conceptual del documento como elemento: (i) caracterizando instituciones y entidades dedicadas a la preservación y difusión de la memoria social y el patrimonio cultural y (ii) articulando procesos archivísticos, bibliotecarios y museológicos. En este estudio, se hizo hincapié en la caracterización del documento archivístico. De manera exploratoria, parte de los conceptos más utilizados por las Humanidades, como documento/monumento, y, con énfasis en la caracterización del documento archivístico, presenta significados cuyas especificidades reflejan la perspectiva bibliotecaria y museológica. En términos generales, se destacan las nociones de soporte y transmisión de información, ampliadas y problematizadas contemporáneamente por los profundos cambios engendrados por las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC).

**Palabras clave:** Documento. Archivo. Biblioteca. Museo.

## 1 INTRODUÇÃO

No que diz respeito a exploração das distinções e similaridades das estratégias de salvaguarda e difusão do patrimônio cultural, não é estranha a diversidade de compreensões de conceitos, metodologias, processos e finalidades. Tal diversidade pode ser observada a partir da heterogeneidade dos agentes que, entre outros aspectos, foram e são forjados em diferentes vivências, percursos formativos, experiências profissionais, incumbidos a desempenhar diferentes funções e, não menos importante, individualizados por interesses e objetivos distintos.

Entende-se também que tais agentes, para estarem aptos a qualquer responsabilidade, necessitam – no presente – estar cientes sobre suas responsabilidades comunitárias e sociais, no que diz respeito a preservação e comunicação de uma determinada herança cultural. Se capacitados e dotados de capacidade reflexiva, também se espera desses agentes – mesmo que por meio de tentativas – para além da gestão técnica, esforços direcionados à

interpretação crítica daquilo que já é concebido como acervo. E, em uma crescente, no presente, em prol da construção de um legado a ser transmitido àqueles que estão por vir, idealmente deseja-se tais agentes engajam-se na identificação de elementos do que hoje consideramos contemporâneo.

Não somente no âmbito das instituições ou entidades<sup>1</sup>, itens e objetos são acumulados por uma determinada entidade – pessoa ou coletiva – capaz de justificar os seus esforços, sob uma lógica compreensível, os *documentos*<sup>2</sup> são tidos como parte e solução de diversos problemas.

Em instituições e entidades, principalmente públicas, desativadas e totalmente descaracterizadas, cujos respectivos acervos, vão parar em galpões desacompanhados de qualquer fonte de informação secundária, a intencionalidade documental, passa a ser imperceptível. O mesmo pode ser aplicado detentores de fundos e coleções privadas, legadas outras instituições, por razões de extinção ou morte. Em necessidades, ditadas por vezes, a partir decisões jurídicas, na falta de qualquer arrolamento, inventário ou catálogo, separação necessária entre os documentos e os demais objetos, esbarra em questões éticas caras ao exercício profissional.

De forma intermediária, no contexto da revitalização de instituições e entidades, fundos e coleções minimamente compreensíveis, podem ser considerados como elementos centrais para o diagnóstico e, por sua vez, o planejamento estratégico.

Por sua vez, no processo/projeto de concepção de novas instituições, o estabelecimento da intencionalidade do documento é fulcral, enquanto definição norteadora para a construção de planos de desenvolvimento de fundos e coleções. Nesse contexto, a possibilidade de “partir do zero”, dispondo de conceitos bem delimitados, reflete diretamente na segurança e na qualidade de toda cadeia de processos informacionais e patrimoniais.

<sup>1</sup> Na literatura técnica e acadêmica da arquivologia, biblioteconomia e museologia, amplamente qualificadas como instituições de memória, de documentação, unidades de informação, colecionadores, ou ainda entidades: pessoa, coletivas e custodiadoras.

<sup>2</sup> Desde já vamos compreender que o documento pode ser qualquer objeto manufaturado ou mentefaturado, só existindo quando utilizado como tal. (Sagredo-Fernández & Izquierdo-Arroyo, 1983 *apud* Martinez-Comeche, 1998). Dito de outra forma, o status documental não é propriedade, mas sim um atributo.

Enquanto instituições documentárias por excelência, arquivos, bibliotecas e museus públicos, fundamentam suas missões, práticas e finalidades, a partir de sua função social. Na vertente preservacionista, coletam e/ou acumulam objetos identificados como significantes a (re)construção da memória coletiva ou do conhecimento<sup>3</sup>. Estatuídos de intencionalidade e de valor simbólico, os objetos enquanto documentos, podem ser compreendidos matéria-prima de produtos e serviços específicos a cada instituição. Cabe ressaltar que, embora seja sempre destacada um direcionamento de esforços às coletividades, é no nível das necessidades individuais dos usuários, que processos consistentes são projetados.

A problematizar, qualquer conceituação, as transformações impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, introduziram desafios que incidem diretamente sobre a compreensão da própria natureza do documento.

A passagem da Sociedade Industrial<sup>4</sup> para a Sociedade da Informação<sup>5</sup> e, posteriormente, para a chamada Sociedade do Conhecimento<sup>6</sup> modificou de forma profunda os modos de produção, circulação, uso da informação e, principalmente, da construção do conhecimento.

Do ponto de vista histórico, os estudos sobre o documento assumiram enfoques variados, de acordo com as correntes teóricas e os campos disciplinares em que foram formulados. O presente estudo, identifica o conceito de documento ancorado no estabelecimento da História Científica no final do século XVII e que reflexões contemporâneas, ganham robustez no século XX, âmbito da Ciências Sociais – sobretudo em sua vertente aplicada – e, principalmente, na área das Ciências da Informação.

<sup>3</sup> Por conhecimento, entende-se aqui tanto a capacidade de produção acadêmico-científica, quanto autoconhecimento.

<sup>4</sup> Caracteriza pela alta produtividade dos meios e processos produtivos, como principal fator de mudança e criação de riqueza, resultando em um progresso técnico atrelado ao desenvolvimento da inovação e aperfeiçoamento das práticas tecnológicas disponíveis (Freire, 1991, p. 51).

<sup>5</sup> “[...] uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão de informação se convertem nas fontes fundamentais da produtividade e do poder por conta das novas condições tecnológicas surgidas neste período histórico. (Castells, 1999, p. 186 *apud* Burch, 2005, p. 4)

<sup>6</sup> “centrada no processamento de informação, na geração do conhecimento e nas tecnologias da informação” (*idid.*).

Desse modo, as reflexões teóricas que articulam estrutura, conteúdo e contexto como dimensões constitutivas dos documentos enquanto artefatos significativos – ou dotados de valor simbólico, ganharam maior atenção a partir do século XX, focadas em problemas decorrentes da profusão, acessibilidade e da autenticidade. Inicialmente atidas aos aspectos formais e físicos, a caracterização, conceituação e aplicação da definição de documento de forma prática, ainda experimenta as instabilidades advindas com a emersão de um conjunto de terminologias, tais como *analógico*, *digital*, *físico*, *eletrônico*, *virtual*, *real*, *material* e *imaterial*.

Percebe-se que a discussão acerca da especificidade documental em cada uma das três áreas – Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – ainda carece de uma sistematização comparativa mais robusta, capaz de evidenciar convergências e particularidades que distinguem documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

Em esclarecimento, faz-se necessário indicar que o presente estudo é constituído por uma análise superficial e modesta, servindo somente como indicativo de um esforço intelectual individual.

## 2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para compreender das acepções de documento na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, é “preciso remontar à origem dos arquivos, bibliotecas e museus”, na medida em que somos conduzidos a gênese das atividades culturais humanas, como a “ação simbólica [...] de interpretar o mundo e de produzir registros materiais dessas ações em qualquer tipo de suporte físico [...]” (Araújo, 2013, p. 215).

Segundo o autor (p. 216), no século XIX, os ideais iluministas consolidaram a “[...] a ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade [...]”, neste interim o campo das Humanidades, também se viu convocado a constituir-se como ciência.

Em síntese, a consolidação da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia como campos científicos, inicia-se com a consolidando procedimentos técnicos específicos: “[...] as estratégias de inventariação, catalogação, descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais [...]”. Nesse contexto, o autor identifica o que pode ser entendido como um efeito metonímico: aquilo que antes era uma parte do processo, ou seja, procedimentos visando o uso de acervos, torna-se o núcleo ou quase a totalidade do conteúdo das disciplinas em formação. Esse movimento permitiu a autonomia dessas áreas em relação a campos como a História, as Artes e Literatura e, sob os mesmos ideais iluministas, somara-se as perspectivas patrimonialistas, custodiais e tecnicistas, refletindo na construção identitária dessas instituições como *bastiões* de tesouros, “ressaltando a importância da produção simbólica humana” (Araújo, 2013, p. 217).

Araújo (2013, p. 218), indica que o início do século XX foi marcado pelo deslocamento de um tecnicismo custodial para as relações entre as instituições e a sociedade. Sob a égide Funcionalista, as instituições eram vistas “[...] como instrumentos para se obter, no todo social, determinados valores e comportamentos [...]”, servido como “[...] instrumentos de socialização, de inculcação, nas pessoas, de determinados valores, crenças e atitudes [...]”. De forma paralela, o posicionamento crítico ao Positivismo, ganhou centralidade no questionamento das ações ideológicas ocultas e pretensamente neutras e nos enquadramentos culturais promovidos por essas instituições. Contudo, apesar das diferenças, as reflexões teóricas foram amplificadas de modo a convergir acerca enfrentamento do usuário/público não mais como elemento passivo ou receptáculo, colocando em pauta outras questões focadas na relação do instituições e sociedade.

Em paralelo, observa-se a dedicação científica da História na construção de conceitos posteriormente aprofundados ou criticados o âmbito das pelas Ciências Sociais.

Conforme Mills (1992, pp. 156-178 *apud* Silva 2005, p. 147), o estudo do homem envolve três dimensões coordenadas: biografia, história e sociedade.

Sobre os ‘usos da História’ no campo das Ciências Sociais<sup>7</sup>, ‘a história é a medula do estudo social’, uma vez que questões sociológicas só encontram sentido se historicamente compreendidas.

## 2.1 A COMPREENSÃO DO DOCUMENTO COMO FERRAMENTA DO HISTORIADOR

Jacques Le Goff (1996, n. p.), historiador da terceira geração da *Nouvelle Histoire*, a partir de seu texto documento/monumento, publicado em 1978, originalmente elaborado para Enciclopédia Einaudi, observa a evolução e aplicação dos referidos conceitos, em paralelo com o assentamento da História enquanto Ciência. O autor destaca que, no final do século XVII, a partir da obra *De re diplomatica* de Don Jean Mabillon em, inicia-se a utilização crítica do documento, sobreposta e associada ao conceito de monumento. Enquanto disciplina, a História caminha juntamente com o método de análise das fontes, o estabelecimento de critérios de valoração da evidência material e o amadurecimento da crítica documental. Quanto à distinção entre documento e monumento, o autor afirma um lento triunfo do documento, pois ao longo do tempo esses termos foram utilizados como correlatos. Quanto aos conceitos, Le Goff (1996) indica que

---

<sup>7</sup> Segundo Martins & Theóphilo (2007, pp. 2-3) “o objeto de estudo das Ciências Sociais e Humanas está associado com o homem enquanto ser relacionado, com si próprio, com os outros, com seu entorno físico e biológico e com as entidades mentais: ideias, conceitos, lógica. O homem distingue-se por aspectos que lhe são específicos, que fazem dele uma entidade bem definida [...]”: (i) consciência reflexiva, “dotada de memória, capaz de explorar domínios desconhecidos por meio da imaginação e da invenção e de construir um mundo de ideias e de representações paralelas ao mundo físico”; (ii) autonomia estratégica, isto é, aptidão para gerenciar e concluir um projeto, mesmo que em situações adversas, dispondo de autonomia, conferidas técnicas e tecnologias e (iii) afetividade – enfatizada como elemento social, que em toda sua complexidade, “abrange todos os estados efetivos criados pelos estímulos recebidos do mundo exterior, provocando uma sensação própria em cada indivíduo”. [As] “combinações dessas três características, consciência reflexiva, autonomia estratégica e afetividade, resultam na interioridade da pessoa humana e na estrutura temporal de suas atividades. A interioridade é o que é próprio da pessoa humana e o que ela internaliza como ideias e afetos. É inacessível ao conhecimento por meio da observação externa. A estrutura temporal do fato humano é um processo que engloba dois componentes: um cíclico e outro repetitivo. Ambos interagem e se modificam mutuamente. Não há dois comportamentos iguais em função da mesma experiência”.

o termo latino **documentum**, derivado de *docere* 'ensinar', evoluiu para o significado de 'prova' e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. [...] Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente [...]. [O documento] é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...]. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho [...] que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O que transforma o documento em monumento: a sua utilização pelo poder [...]. No limite, não existe um documento-verdade. [...] Qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. A palavra latina **monumentum** remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. [...] O monumento tem como características: 1) ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e 2) reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

Segundo Le Goff (1996), o grande passo para a ampliação da noção de documento é dado pelos fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que passaram a compreender que

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. [...] Com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Segundo o autor, essa ampliação substituiu uma História linear, conduzida pelo fato textual, por uma história descontínua que privilegia séries documentais e novas tipologias de objetos. Por fim, Le Goff defende que o principal dever do historiador é criticar o "documentom qualquer que ele seja enquanto monumento".

## 2.2 O DOCUMENTO COMO OBJETO EPISTEMOLÓGICO

Antes de qualquer consideração, é importante destacar que as contribuições de Le Goff (1996) configuram o ponto de vista do usuário, ou seja, daqueles que se servem de produtos e serviços institucionais, ou mesmo obtêm autorização para acesso direto aos acervos. No âmbito informacional, o acesso qualitativo ao conhecimento ou à informação em um contexto institucional resulta de um processo iniciado pela identificação de uma necessidade informacional (cf. Bettiol, 1990), ou em caráter menos tecnicista, de uma **necessidade do usuário**, a ser desempenhada pelo profissional posicionado entre a salvaguarda e a comunicação.

Segundo Smit, (2008 *apud* Loureiro & Loureiro 2013, p. 2), as abordagens conceituais sobre documentos ganharam espaço nas Ciências da Informação<sup>8</sup> ao longo do século XX, destacando-se duas linhas:

uma corrente pragmática, que valoriza o caráter intencional do documento, limitado aos registros gráficos, e uma corrente funcionalista, voltada à função documental e informativa, inaugurada por Paul Otlet e Suzanne Briet.

As reflexões de Suzanne Briet, no mundo latino/francófono, promoveram o conceito de **documento** como matéria-prima da documentação, objeto central de um novo domínio do conhecimento – a **documentologia** (Meyriat, 2016, pp. 240-241).

Por sua vez, Paul Otlet é amplamente reconhecido em virtude de seu trabalho para criação de ferramentas de colaboração, troca e recuperação da informação científica internacional. Juntamente com Henri La Fontaine, fundou o *International Institute of Bibliography*, em 1893. Entre, os serviços desenvolvidos pelo Instituto, destacam-se: o *Répertoire Bibliographique Universel* (RBU) e a Classificação Decimal Universal (CDU), fundamentados na “organização da

<sup>8</sup> Ciência da Informação ou Ciências da Informação embora sejam tradicionalmente enquadradas como uma Ciência Social Aplicada, são mais bem observadas como *locus* de convergência para outros campos do saber, “quando o objeto de análise for a metainformação, que ultrapassa fronteiras rigidamente demarcadas para interagir com outras áreas” (Targino, 1995, p. 14 *apud* Fernandes, Beatriz & Araújo, 2011, p. 10).

documentação em uma base cada vez mais abrangente, cada vez mais prática, de forma a alcançar para o trabalhador intelectual o ideal de um mecanismo para explorar o tempo e o espaço” (Otlet, 1990, p. 86 *apud* Lund, 2022, p. 9).

Segundo Lund (2022, p. 10), o conceito de documento elaborado por Otlet é abrangente, contemplando impressos e mergulhando na construção do Livro Universal. Pode-se afirmar que de Otlet cria conexões coerentes entre informações – metodologia que antecipa os bancos de dados e sistemas hipertexto contemporâneos.

Lund (*ibid.*) também indica que para construção do referido livro, Otlet estabeleceu como ferramenta, o **princípio monográfico**, método que

[...] envolvia um processo de isolamento de cada ‘fato’ em um documento e então recortar e colar esses fatos em cartões individuais (Otlet, 1990, p. 105). Esses cartões-de-fatos deveriam então ser ligados, criando um cosmos coerente a partir do caos dos documentos idiossincráticos. Embora esse método de ‘codificação’ pudesse ser desastroso em um ambiente de impressão tradicional, destruindo o documento original para sempre (Otlet, 1934, p. 409) [...].

Em síntese, para Otlet, documento é tudo aquilo que for passível de guarda e preservação, representando ações humanas ou detalhes da natureza, utilizando o termo “unidade documentária” para denotar qualquer coisa informativa, incluindo textos, artefatos e objetos naturais portadores de vestígios de atividades humanas (Smit, 2008; Buckland, 1991 *apud* Loureiro & Loureiro, 2013, p. 2).

A proposta de Briet (1951) amplia essa noção diante da explosão informacional do pós-guerra. Nesse contexto surge o documentalista: um profissional que alia conhecimento específico dos acervos à responsabilidade, precisão e agilidade no atendimento ao usuário. Briet (2016, p. 8) aponta que a prática científica organizou trabalhos coletivos de pesquisa e documentação, e o documentalista tornou-se peça-chave na democratização do acesso à informação.

A base desta profissão, desempenhada *a priori* em Centros e Serviços de Documentação<sup>9</sup>, tem raízes nos trabalhos de Otlet e no modelo do *Mundaneum*, mas com novas práticas, como os catálogos coletivos. Segundo Briet (2016, pp. 14-15),

Arquivista, bibliotecário e conservador<sup>10</sup> de museu, nosso documentalista é tudo ao mesmo tempo. É necessário portanto — ao lado da especialização cultural inicial — que conheça as técnicas das profissões com as quais de fato se relaciona. Além disso, ele produz documentos secundários, a partir de documentos originais que se convencionou chamar documentos primários.

Briet (2016, pp. 5-10) destaca que a pesquisa científica abarca unidades documentárias de toda espécie: iconográficas, metálicas, monumentais, fotográficas ou transmitidas por rádio ou televisão. O avanço tecnológico da época, como o microfilme, permitiu ao usuário transportar grandes quantidades de documentos em formatos reduzidos. Assim, observa-se uma mudança no foco dos processos documentais, valorizando o tratamento da informação e a satisfação das necessidades dos usuários.

Briet (2006, pp. 1-2) compreende **documento** como “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. A título de ilustração, cita que fotografias e catálogos de estrelas e pedras em um museu; animais expostos em um zoológico ou registros de sua existência, também são documentos – não o animal ou o objeto em seu estado natural. O caso do antílope ilustra como um evento gera múltiplos documentos primários e secundários, organizados, divulgados e preservados por diversos meios e instituições:

<sup>9</sup> “Dessa necessidade surgiram os centros e os serviços de documentação, que são as formas mais dinâmicas dos órgãos de documentação. Os repertórios de órgãos de documentação apareceram em mais de um país [...]” (Briet, 2016, p. 3-4).

<sup>10</sup> A aplicação do termo “conservador” no contexto nacional apresenta sentidos distintos dos empregados ao contexto francês. *Conservateur*, apresentada no original em francês, não possui tradução consensual e, por vezes, tem acepções ligadas às atividades dos museólogos, curadores, conservadores e de pesquisadores de coleção. (Desvallées & Mairesse, 2013. p. 22)

[...] Admiramos a fertilidade documentária a partir de um simples fato. Por exemplo: **um antílope** de uma nova espécie foi encontrado por um explorador na África, que conseguiu capturar um exemplar e enviá-lo para a Europa, para nosso *Jardin des Plantes*. Um comunicado para a imprensa faz com que esse fato seja divulgado em notícias de jornais, rádios e atualidades cinematográficas. A descoberta é objeto de uma comunicação perante a *Académie des Sciences*. Um professor do *Muséum [National d'Histoire Naturelle]* considera-o para suas aulas. O animal vivo é enjaulado e colocado no zoológico. Morto, será empalhado e conservado (no museu). Emprestado para uma exposição. Mostrado em filme sonoro. Seu berro é gravado em disco. A primeira monografia sobre esse animal fará parte de um tratado ilustrado com pranchas, depois, de uma enciclopédia especializada de zoologia geral e, posteriormente, de uma enciclopédia geral. As obras são catalogadas numa biblioteca, após terem sido anunciadas em catálogos de livrarias e de editoras, e na *Bibliographie de la France*. Os documentos são reproduzidos (desenhos, aquarelas, pinturas, estátuas, fotos, filmes e microfilmes), depois selecionados, resumidos, descritos, traduzidos (produtos documentários). Os documentos relativos a esse fato são objeto de uma ordenação científica (fauna) e ideológica (classificação). Enfim, sua conservação e utilização são determinadas por técnicas gerais e métodos válidos para o conjunto dos documentos, métodos esses estudados em associações nacionais e congressos internacionais. [...] **O antílope catalogado é um documento primário e os demais são documentos secundários ou derivados.**

Decorrente dessa concepção geral, Briet (2006, p. 4), entende que a “**unidade documentária** tende a se aproximar da ideia elementar, da unidade de pensamento, à medida que as formas de documentos se multiplicam, que a massa documentária cresce e a técnica da profissão de documentalista se aperfeiçoa”.

Segundo Buckland (1997, p. 806), a definição de Suzanne Briet parte da relação entre documento e evidência física organizada, e pode ser resumida em quatro pontos:

1. Existência de materialidade – apenas objetos e sinais físicos; 2. Intencionalidade – pretende-se que o objeto seja tratado como evidência; 3. Os objetos devem ser processados – devem ser transformados em documentos; 4. Há uma posição fenomenológica – o objeto é percebido como um documento (traduzido livre).

Já a **documentação**<sup>11</sup>, envolve as categorias de objeto: natureza da informação; atividades: meio forma de comunicação; formas: configurações possíveis de uma determinada unidade de informação e, instituições: equipamentos sociais responsáveis por atividades informativas (Briet, 2016, p. 10).

A partir da bibliografia consultada para o presente trabalho, fica patente que os trabalhos de Otlet e Briet, inauguraram as bases epistemológicas para compreensão dos documentos. Diante disso, compreendo que, a cada dia, que o conceito de automação ofende cada vez menos a existência humana, é possível aferir também que essas mesmas contribuições, auxiliem a compreensão arquivos, bibliotecas, museus, unidades de informação e centros de documentação, em seus diversos formatos, como Sistemas de Informação<sup>12</sup>.

Em que pese as especificidades simbólicas e as (in)relações, até então, inimaginadas e possíveis das acepções abordadas até aqui, pode-se aferir que as contribuições inauguradas por Otlet e Briet, inseriram os documentos, sejam eles interpretados como unidades, séries, coleções, fundos, acervos, heranças e patrimônios culturais, sob a ótica do sistema.

Estabelecendo o máximo de distância possível da Teoria Geral do Sistema, uma abordagem dos documentos integrados a sistemas de gestão e difusão, sob a ótica kantiana, compreende a própria noção de sistema, e, por analogia, o conceito de totalidade.

<sup>11</sup> Definida pela autora como o escopo de trabalho do documentalista. Tendo como matéria-prima os documentos, para o tratamento das unidades documentárias, por meio dos métodos de normalização, pesquisa, bibliografia, catalogação, ordenação, classificação, disseminação e exposição.

<sup>12</sup> Sistemas de informação [SI] são aqueles que, de maneira genérica, objetivam a realização de processos de comunicação. Alguns autores contextualizam sistemas de informação mais amplamente para incluir sistemas de comunicação de massa, redes de comunicação de dados e mensagens etc., independentemente da forma, natureza ou conteúdo desses dados e mensagens. [...] Sistemas de Recuperação da Informação (SRIs) [...], entre outras funções, objetivam dar acesso às informações potencialmente contidas em documentos neles registrados e serão usados indistintamente. Tais sistemas constituem a “memória humana registrada”, o que Belkin e Robertson designam como informação cognitivo-social. [...] Os documentos, nesses sistemas, contêm informação potencial e são formalmente organizados, processados e recuperados com a finalidade de maximizar o uso da informação. [...] Sistemas de recuperação da informação ou, simplesmente, sistemas de informação lidam com um tipo de informação: a que está potencialmente contida em documentos. (Araujo, 1995)

Em *Crítica à razão pura*, obra centrada na distinção dos conhecimentos empírico, puro e verdadeiro, Kant (2005, pp. A832-B861) define sistema “como a unidade de conhecimentos diversos sob uma ideia”, e explica

Este é o conceito racional da forma de um todo, na medida em que nele se determinam *a priori*, tanto o âmbito do diverso, como o lugar respectivo das partes. O conceito científico da razão contém assim o fim e a forma do todo que é correspondente a um tal fim. A unidade do fim a que se reportam todas as partes, ao mesmo tempo que se reportam umas às outras na ideia desse fim, faz com que cada parte não possa faltar no conhecimento das restantes e que não possa ter lugar nenhuma adição accidental, ou nenhuma grandeza indeterminada da perfeição, que não tenha os seus limites determinados *a priori*. O todo é, portanto, um sistema organizado (articulado) e não um conjunto desordenado (*coacervatio*); pode crescer internamente (*per intussusceptionem*), mas não externamente (*per oppositionem*), tal como o corpo de um animal, cujo crescimento não acrescenta nenhum membro, mas, sem alterar a proporção, torna cada um deles mais forte e mais apropriado aos seus fins.

Por sua vez, em *Crítica da faculdade de julgar*, Kant (1790 *apud* Gil & Petiot, 1988, pp. 149-150) reflete sobre nossa capacidade de julgar –juízo reflectente – não apenas pela razão, contudo por aquilo que apresenta menor rigidez, a sensibilidade. “Kant procura então uma totalidade não intrínseca, mas analógica [...]”, indicando que, quando se estabelece contato com o particular, tendemos estabelecer acomodar o conhecimento em conceitos mais abrangentes ou universais.

Conforme os autores, em suma, o **todo**: (i) é uma unidade que é causa e efeito em si mesma, (ii) não é acréscimo, mas é um sistema que se autoconstrói, (iii) é a entidade que possibilita a existência das partes; as **partes**: (i) não existem senão em relação com o todo, ou seja, não existem isoladamente antes de formarem o organismo, (ii) embora geradas pelo todo, as partes também são causalidade formal e de manutenção do todo. Todavia, a compreensão da totalidade kantiana serve tão somente para regular a nossa investigação, e não para descrever a essência das coisas.

Ainda que tais conceitos, reflitam análises distintas, é possível considerar no conceito kantiano de sistema, as características formais e racionais do processo de formação e gerenciamento conjuntos documentais.

Não obstante, ao reconhecer a permeabilidade da memória e dos sentimentos, confere aos sujeitos capacidade cognoscente e autonomia no processo formulação de juízos, mesmo sem acesso a um determinado “todo”. Ao mesmo tempo, isso provoca a reflexão de como as pessoas interpretam aquilo que consideram parte de sua herança cultural, bem como os historiográficos que levam a crítica dos “documentos” enquanto “monumentos”.

Atualmente, lidamos cada vez mais com documentos digitais, vivenciando processos de desmaterialização e virtualização da informação<sup>13</sup>. Tal mudança reformula o conceito de documento, agora dissociado do suporte físico, acessível por meios digitais (Rondinelli, 2005).

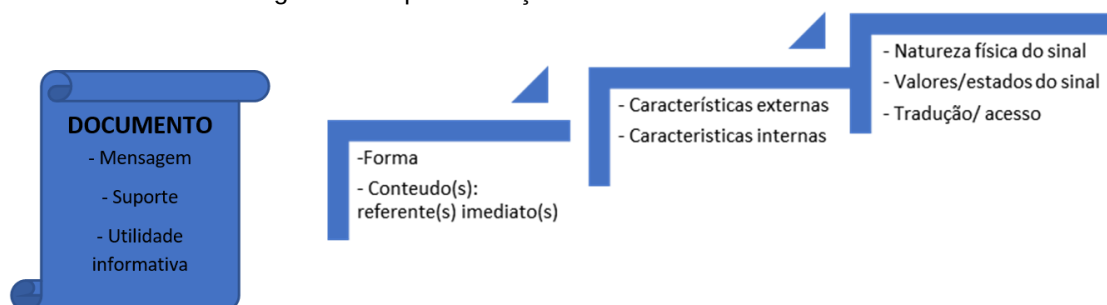
Por sua vez, Martinez-Comeche (2000, p. 7 *apud* Lund, 2022, p. 15) afirma que “tudo pode ser um documento; nada é um documento antes de ser considerado como tal”. Nesse sentido, trata-se de um objeto manufaturado e mentefaturado que pode funcionar como documento ou projétil, cujo uso é o fato determinante do caráter documental (Sagredo-Fernández & Izquierdo-Arroyo, 1983 p. 265 *apud* Martinez-Comeche, 1998, p. 62, tradução livre)

O autor define documentos como mensagem(s) icônica(s) ou simbólica(s), incorporada(s) permanentemente a um suporte e empregadas com uma finalidade informativa. Excluindo-se de tal definição as atitudes limitadas a percepção sensorial do objeto, bem como qualquer relação estranha a “finalidade informativa”, adotando um destinatário como referencial (Martinez-Comeche, 1998, p. 63). Em conceituação, o autor indica que

<sup>13</sup> A desmaterialização é um fenômeno consolidado nas ciências econômicas, cujo objeto de análise, aplicado aos processos produtivos, parte do melhor aproveitamento dos recursos – materiais, humanos e econômicos – proporcionado pelo avanço tecnológico. (Barreto, 2014) Em relação ao princípio da cartularidade – a materialização de direito em um documento – entende-se por desmaterialização, a substituição ou replicação de documentos em analógicos em documentos eletrônicos ou digitais; já imaterialização, ou desmaterialização total, indica o processo de produção de documentos nativos digitais, ou seja, àqueles que nunca possuíram um suporte físico ou material. (Fernandes & Toledo, 2014). Por sua vez, *virtualização* – *virtus*, cujo significado é força/potência em latim + ação – carrega múltiplos sentidos; é necessário distinguir *realidade virtual* e *virtualização da realidade*. Enquanto a *realidade virtual* pode ser enfrentada enquanto algo existente somente no plano potencial ou imaginado, a exemplo da ficção (Chaves, 1999), a *virtualização da realidade*, opera a dialética do *virtual* e *atual*, sendo o virtual uma extensão do real e movimento inverso da atualização; do conceito de virtualização, deriva o conceito de ciberespaço, ou seja, a transposição ou concorrência de atividades e relações demarcadas por um espaço físico e pela temporalidade para um novo espaço temporal, sem compromisso de correspondência integral. (Lévi, 2005)

O documento configura uma variante da mensagem a partir do momento em que se exige uma característica peculiar que nem todas atendem. Esta característica está logicamente relacionada com a capacidade de atualização do passado [...] o armazenamento e comunicação intemporal de todo o conhecimento gerado pelo ser humano. Em outras palavras, a ciência documental não está interessada em mensagens cujo valor informativo não possa ser renovado a qualquer momento (é o caso das mensagens orais, instantâneas por natureza). Em suma, o fato de registrar uma mensagem num suporte permite o aparecimento de documentos, mas não garante a sua existência. É preciso também que esse suporte (energético ou material) garanta a perpetuação da mensagem incorporada, [...] Essa característica peculiar do suporte, essencial para caracterizar o documento na ciência documental, tem sido captada por estudiosos de diversas formas. [...] A facilidade com que nossos arquivos de computador podem ser divulgados através de redes telemáticas mundiais deu origem à sensação de que os textos, imagens e sons que eles contêm possuem essa propriedade graças ao fato de terem se livrado de seu suporte. [...] Como se sabe, esses arquivos, enquanto estiverem gravados em um disquete ou no disco rígido, têm seu suporte como qualquer outra mensagem gravada. Mas, e se esse arquivo não fosse gravado, limitando-se a 'viajar' constantemente pela rede? É fácil verificar que esta aparente 'volatilidade' não exime do princípio teórico segundo o qual "toda mensagem necessita de um suporte para ser difundida" [...]. Consequentemente, [...] concebendo o documento como uma 'mensagem ou mensagens icônicas ou simbólicas, cada uma delas incorporada de uma forma diferente a um suporte'. O processo observado anteriormente [...] fica bem explicado graças a essa versatilidade em a adoção de novas formas e suportes. Da mesma forma, essa propriedade explica por que um 'documento clássico' (um livro, por exemplo) é limitado em sua difusão espacial: a permanência da forma e do suporte impede sua transformação para se ajustar aos meios [...]. A contraparte da difusão espacial é encontrada na difusão temporal. Hoje, pelo menos, a forma e suporte do 'documento clássico' (estou a pensar no papel) apresenta vantagens indubitáveis em termos de difusão temporal [...], notavelmente superiores às apresentadas pelos 'novos documentos'. (Martinez-Comeche, 1998, pp. 58-62, tradução do livre)

Figura 1. Esquematisação do conceito de documento



Fonte: adaptado de Martinez-Comeche, 1998, p. 63

Por fim, segundo Martínez-Comeche (1995, p. 163) para que as instituições tornem acessíveis a informação contida em seus respectivos acervos, é exigido o cumprimento de todas as operações características do processo informativo-documental, ou seja:

1) Incorporação da documentação ao fundo e consequente formação dos depósitos documentais. 2) Tratamento da documentação, que inclui amplamente a sua identificação física, a sua disposição temática e a descrição do seu conteúdo. 3) Organização física e conservação da documentação acumulada, tendo em conta quer a sua correta disponibilização, quer a sua conservação ao longo do tempo. 4) Divulgação da documentação. Todas as tarefas até aqui elencadas visam assegurar a transmissão ótima e o máximo aproveitamento das mensagens incorporadas nos diferentes suportes, objetivo final que deve reger todas as atividades anteriores da instituição (tradução livre).

### 2.3 CARACTERIZAÇÕES TRANSVERSAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

Embora arquivos, museus e bibliotecas, em sua essência compartilhem de processos informativos e documentais, relativamente próximos, as diferenças ganham profundidade no campo das funções específicas.

Segundo SMIT (2017, pp. 29-30), a distinção da Arquivologia, Biblioteconomia e da Museologia, enquanto áreas, geralmente é fundamentada em questões corporativas, a exemplo de regulamentação profissional, diferentes formações e identidades profissionais, etc, bem como “na distinção entre os tipos de documentos ou objetos custodiados nos diferentes *lôcus* de atuação profissional”. Nesse contexto, a partir da delimitação dos campos profissionais, indica que, ao longo do tempo, a *praxe* desenvolvida em cada área, levou ao condicionamento do “olhar que cada profissional [...] lança sobre os documentos ou objetos a serem organizados e tornados acessíveis”. Em síntese SMIT (2017, p. 30):

(i) Na visão biblioteconômica, cada documento, isoladamente, é portador de informação; (ii) Na visão arquivística, os documentos viabilizam a representam o funcionamento institucional, tornando-se um espelho deste funcionamento resultante de sua acumulação natural; (iii) Na visão museológica, os documentos ou objetos representam detalhes de uma civilização, técnica, período histórico, aspecto estético, etc.

Segundo Camargo & Goulart, (2015, p. 18), a caracterização de arquivos, museu e bibliotecas enquanto instituições documentais, costuma ser feito em termos comparativos. Caracterizadas pela função social de atuarem como difusoras da documentação que custodiam, podem ser diferenciadas pelos processos documentais e patrimoniais em que se estruturam e, em última instância, pela disponibilização de ferramentas, estruturas e serviços de uso/ apropriação dos indicadores de memória pelos usuários e públicos institucionais.

Acerca das finalidades, delineadas pelas funções primárias do modelo institucional e mais bem percebidas pela missão e objetivos construídos como parte do planejamento estratégico de médio e longo prazo, Camargo & Goulart (2015, p. 25-26) concluem que:

Os documentos que os integram não constituem uma finalidade em si: são ferramentas de gestão, isto é, instrumentos pelos quais as atividades de tais pessoas se realizam, servindo, ao mesmo tempo, de comprovante de que as atividades foram realizadas. Interessam, portanto, ao organismo que os acumulou, cujos agentes foram seu público-alvo imediato e muitas vezes exclusivo. Só os arquivos considerados de interesse social e valor permanente, qualquer que tenham sido a sua condição originária (documentos gerados por serviços estatais, empresas ou pessoas), é que passam à custódia de entidades abertas a um público de pesquisadores, como de resto ocorre com bibliotecas especializadas e museus-laboratório. Em outras palavras: alçados à categoria de patrimônio histórico, os arquivos partilham com as demais entidades uma função cultural (no sentido amplo desse conceito), fornecendo subsídios que permitem reconstituir a trajetória das pessoas jurídicas e físicas cujos documentos se preservaram e, por extensão, o contexto social com que atuaram. Dessas funções primárias resultam ainda diferenças significativas não apenas em relação ao modo como seus acervos são utilizados, mas quanto à visibilidade e ao prestígio social de cada uma das instituições, ficando os arquivos no patamar mais baixo da escala.

Sobre o processo de constituição dos acervos, pode-se aferir nos arquivos a capacidade de reunir documentos de forma sedimentar em fundos, ou seja, pela acumulação natural de acordo com o funcionamento da entidade produtora. Já os museus e bibliotecas, colecionam documentos mediante um processo seletivo e artificial, de acordo com um perfil preestabelecido juntamente com estabelecimento de uma linha temática (Camargo & Goulart, 2015, p. 23). Em termos comparativos, Camargo & Goulart (2015, pp. 25-26), observam

[...] o contraste entre a formação progressiva e natural típica dos arquivos, a que se convencionou chamar de acumulação, e a reunião de documentos selecionados a partir de determinados critérios. No primeiro caso, o resultado do conjunto, rotineira e necessariamente alimentado ao sabor das demandas e dos ritmos de funcionamento da entidade produtora, sem qualquer preocupação com eventual valor histórico que possa vir a ter, tende a representá-la nas sucessivas configurações que assumiu ao longo do tempo. E, como o caráter probatório dos documentos no arquivo decorre de sua capacidade de repercutir as atividades de que se originaram, é importante que o processo de redução das grandes massas acumuladas se faça apenas a partir de critérios de proporcionalidade e representatividade. O que se passa nas bibliotecas e museus é bem diferente. Exceção feita às bibliotecas que detêm o depósito legal, obrigadas a recolher tudo o que se publica numa região ou num país, as demais instituições exercem a livre escolha do material que julgam ter afinidade com seu perfil ou sua política de aquisição. O grau de especialização, profundidade e consistência que se almeja alcançar nesses casos descarta o conceito mais tradicional de acervo físico: referências e reproduções passam a compor a coleção, ensejando parcerias, redes e consórcios entre as instituições detentoras de material de interesse, onde quer que se localizem.

Com relação a incorporação de documentos em arquivos, Camargo & Goulart (2015, p. 26) afirmam que o processo de acumulação, resulta de transferência e recolhimento para depósitos intermediários e, posteriormente, permanentes. Museus e bibliotecas, salvo as de depósito legal, operam transferência, empréstimo, compra, doação, permuta e coleta de acordo com seus perfis e linhas temáticas.

As mudanças que se anunciam nesse cenário introduzem para arquivos bibliotecas e museus, o recurso a empréstimo, que simulariam, para os primeiros, a reintegração de documentos que se encontram fora de seu domicílio legal.; e, para os demais, a exaustividade das coleções pretendidas. Em ambas as situações, o direito de propriedade cederia lugar a outras figuras jurídicas, a exemplo da licença de uso. (Camargo & Goulart, 2015, p. 26)

Conforme Camargo & Goulart (2015, p. 26) o componente caracterizador dos documentos arquivísticos está relacionado a produção, ação relacionada às atividades institucionais, como prestação de contas, protocolos de experimentos e correspondência (Delmas, 2010, pp. 134-135 *apud ibid.*). Na visão de Herrera (2013, p. 65 *apud ibid.*) “a produção não é criação, não é invenção e, portanto, não é arbitrária nem discricionária. É determinada pelas funções atribuídas ao produtor e pelos procedimentos que as regulam”.

Em caráter distintivo relativas as finalidades dos documentos em arquivos, bibliotecas e museus, Camargo & Goulart (2015, pp. 26-27), observam que

Os documentos de arquivo, produzidos em razão das atribuições de determinados organismos e das normas que regulam seu funcionamento, tem caráter necessário, ao contrário do que acontece no mundo das bibliotecas e dos museus, que abrigam documentos cuja criação prescinde de justificativas formais. Daí a condição *sui generis* de que desfrutam os arquivos: o estatuto probatório de seus documentos é congênito e incide sobre as próprias atividades de que resultam. Se o termo documento é designativo comum de todo e qualquer registro suscetível de valor de prova, é preciso ressaltar que, nos arquivos, esse atributo não só alcança potência máxima como independe das construções discursivas que, sobretudo nos museus, a curadoria utiliza para justificar exibição de grande parcela do acervo. A manutenção da organicidade – qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades de determinada instituição, em suas relações internas e externas – é, por sua vez, requisito para que documentos não percam a capacidade probatória que os distingue. Nessa medida é que a interdependência entre eles se opõe, como traço diferencial, à autonomia de sentido que podemos reconhecer isoladamente em cada documento do acervo de bibliotecas ou museus.

Apesar dessa articulação válida para diferenciar documentos pelas finalidades institucionais, é importante considerar o caráter processual e não discricionário das coleções geradas por produção científica ou pelo depósito legal, igualmente presentes em museus e bibliotecas. Exemplo disso é o conteúdo probatório em trabalhos de coletas arqueológicas de salvamento, em situações previstas por exigências legais.

É plano formal, arquivos e bibliotecas se aproximam pela predominância de documentos textuais, enquanto museus incorporam todos os gêneros e objetos sem linguagem. Aproxima-os também a prevalência de formatos associados à escrita, enquanto documentos musealizados apresentam diversidade de técnicas, formatos e suportes, conforme cada instituição. Conforme Camargo & Goulart (2015, pp. 27-28),

O fato de abrigarem por excelência, documentos do gênero textual faz com que as técnicas de registro, formatos e suporte associados à palavra escrita também sejam predominantes em seus acervos, em detrimento daqueles que utilizam como linguagem o som a imagem ou suas combinações. O divisor de águas, nesse quesito, está associado aos documentos que, desprovidos de linguagem, costumam ser equivocadamente chamados de tridimensionais. Os museus são o reduto desses objetos – tanto coletados na natureza quanto os fabricados pelo homem, artesanal ou industrialmente –, que só podem assumir a condição de documentos depois de submetidos a rigoroso processo de atribuição de sentido. Por conta de seu contexto de produção, os documentos têm, no arquivo, outra característica que lhes é peculiar: a unicidade, atributo que decorre do fato de que cada um deles ocupa

lugar específico no conjunto, mesmo quando é formalmente idêntico a outro. Já a biblioteca, se possuidora de exemplares únicos (indicação que lhe serve também para estabelecer critérios de raridade, inaplicáveis aos arquivos), lida sobretudo com documentos publicados, destinados a múltiplos leitores. quanto aos museus, dependendo da área que pretendem cobrir, podem ter em suas reservas técnicas documentos únicos e múltiplos.

Quanto à organização dos acervos, cada segmento institucional adota metodologia própria. Nos arquivos se faz necessária a estabilidade e preservação dos vínculos originários, conferindo autenticidade aos documentos. Além disso a identificação de atividades rotineiras torna pertinente a abordagem serial em arquivos, em oposição à unitária. Em decorrência dessa abordagem serial, tais diferenças dificultam a padronização dos arquivos segundo modelos aplicáveis ao universo dos livros (Camargo & Goulart, 2015, p. 29).

Quadro 1. Características das Instituições documentárias

|                                                                         | ARQUIVOS                                                                                                              | BIBLIOTECAS /<br>CENTROS DE<br>DOCUMENTAÇÃO                                                            | MUSEUS                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| <b>MECANISMOS DE<br/>CONSTITUIÇÃO DO<br/>ACERVO</b>                     | Administrativas (viabilizar e comprovar atividades de instituições e pessoas)                                         | Educação, científicas, técnicas e culturais                                                            |                                                            |
|                                                                         | Reunião de documentos mediante processo sedimentar (acumulação), de acordo com o funcionamento da entidade produtora. | Reunião de documentos mediante processo seletivo (coleção), de acordo com seu perfil ou linha temática |                                                            |
|                                                                         | Transferência e recolhimento                                                                                          | Compra, doação ou permuta de fontes múltiplas                                                          |                                                            |
| <b>NATUREZA DOS<br/>DOCUMENTOS</b>                                      | Caráter necessário                                                                                                    | Caráter contingente                                                                                    |                                                            |
|                                                                         | Estatuto documental congênito                                                                                         | Estatuto documental atribuído                                                                          |                                                            |
|                                                                         | Interdependência                                                                                                      | Autonomia                                                                                              |                                                            |
| <b>CARACTERÍSTICAS<br/>FORMAIS<br/>PREDOMINANTES<br/>DOS DOCUMENTOS</b> | Gênero textual                                                                                                        |                                                                                                        | Todos os gêneros, além de objetos desprovidos de linguagem |
|                                                                         | Exemplares únicos                                                                                                     | Exemplares múltiplos                                                                                   | Exemplares únicos e múltiplos                              |
|                                                                         | Técnicas de registro, formatos e suportes associados à escrita                                                        |                                                                                                        | Técnicas de registro, formatos e suportes diversos         |
| <b>ABORDAGEM</b>                                                        | Princípios                                                                                                            | Normas                                                                                                 |                                                            |
|                                                                         | Contexto                                                                                                              | Conteúdo                                                                                               |                                                            |
|                                                                         | Série                                                                                                                 | Item                                                                                                   |                                                            |

Fonte: Camargo & Goulart, 2015, p. 23

## 2.4 A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA COMO ATIVIDADE DELINEADORA DA ARQUIVOLOGIA

Em termos gerais, a análise documentária pode ser compreendida como parte dos estudos da organização do conhecimento e caracterizada um conjunto de operações fundamentais e interdependentes que evidenciam o ciclo informacional ao qual um – ou um conjunto de documentos – é, está ou fora submetido. Em outras palavras, a partir da decomposição – ou isolamento – dos elementos

constitutivos de um determinado objeto, busca-se evidenciar os atributos que conferem ou conferiram *status* ou valor a um determinado documento.

Por análise tem-se a distribuição ou separação de um todo em suas partes componentes de modo a melhor conhecer seus elementos característicos. Dessa concepção surge a ideia mais coloquial de análise enquanto exame de alguma obra ou situação. (Guimarães, 2003, p. 101)

De forma prática Cook (2012, pp. 144-145) indica que qualquer documento arquivístico pode ser compreendido a partir

[...] [d]a estrutura, [d]o conteúdo e [d]o contexto – que tradicionalmente eram assentadas num meio físico único – pergaminho, papel ou filme – estão agora divididas em armazenagens de dados separados e talvez em programas de software diferentes. Um documento, assim, deixa de ser um objeto físico para virar um “objeto” conceitual de informação, controlado por metadados, que virtualmente combina conteúdo, contexto e estrutura para fornecer evidências de atividade ou função de algum criador. Além disso, como seu uso e o contexto muda ao longo do tempo (incluído uso de arquivo), os metadados mudam e o documento e seu contexto são continuamente renovados. Eles já não são fixos, mas dinâmicos. O documento arquivístico não é mais um objeto passivo, um “registro” de uma evidência, mas um agente ativo desempenhando um permanente papel nas vidas dos indivíduos, organizações e da sociedade.

A partir do conceito supracitado, o conteúdo pode ser entendido com a(s) mensagem(s) transmitida(s) pelo documento, caso decifradas.

Compreende-se estrutura – ou forma – como a configuração da disposição e apresentação do conteúdo, manifestadas em atributos físicos e intelectuais. A forma física consiste nos componentes do documento que determinam a sua forma externa e não devem ser confundidos com o suporte, pois qualquer alteração desses elementos gera um documento diferente. Em documentos textuais e/ou gráficos, especialmente nos arquivísticos, são analisados pelos sinais gráficos, símbolos, selos, assinaturas etc.

Sob o olhar da arquivologia, segundo Belloto (2002, pp. 23-24) esses elementos ou caracteres constitutivos constituem o que alguns teóricos denominam de estrutura e substância em abordagem dos elementos externos e internos respectivamente. Em detalhamento, a autora informa que

Os elementos ou caracteres externos ou extrínsecos, também chamados de estruturais ou de estrutura, tem a ver com o que é físico, formal, palpável, desde o espaço que o documento ocupa no arquivo, até sua forma (se é pré-original, original ou pós-original) e gênero (se textual, iconográfico, sonoro, informático). Esses elementos são espaço, volume, suporte, formato, forma e gênero. Os elementos ou caracteres internos ou intrínsecos, também chamados de substanciais ou de substância, tem a ver com o que é intelectual, ideográfico, de conteúdo. Tais elementos são: procedência, as funções/ atividades relacionadas ao documento, a natureza do tema, o grau de concentração da informação as datas tópica e cronológica. Os elementos intermediários, que, em geral, são classificados por alguns teóricos como externos ou como internos, não apresentam, na realidade, características propriamente físicas, nem contextuais, nem pontuais, em relação ao tema do documento. Por isso, tais elementos devem ser preferivelmente tornados como intermediários. São eles: a língua, a categoria documental (segundo sua natureza jurídica, se é dispositivo, testemunhal ou informativo) e o tipo documental (segundo sua natureza jurídico-administrativa e sua finalidade).

### 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa análise, optou-se por uma abordagem qualitativa, visando compreender a complexidade das conceituações de documento no âmbito científico das Ciências Humanas, direcionada às Ciências Sociais Aplicadas e foco na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória, uma vez que busca descrever, de forma sucinta, a construção do conceito de documento, largamente amparado pela ampliação do conceito a partir da fundação da Nova História.

No que tange aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da análise de alguns trabalhos que fundamentam conceitos e processos inerentes a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, bem como a prática profissional de arquivistas, bibliotecários e museólogos.

Como objetivo, de forma breve, com destaque a compreensão do conceito no âmbito da Arquivologia, busca-se compreender a inter-relação entre documentos, arquivos, bibliotecas e museus, em suas semelhanças e similaridades.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Lund (2022, p. 15) sintetiza que

[...] em um arquivo, “um documento se refere a um acontecimento, a um processo ou a um ato de caráter administrativo ou legal expresso em algum suporte. Em uma biblioteca, um documento pode ser uma cópia única de um livro, expressando, de alguma forma, a mente humana e [...] finalmente, em um museu, quase tudo que se relacione à natureza ou a seres humanos pode ser considerado um documento.

Em todos os casos, tratando-se de fundos ou coleções, a compreensão de um conjunto de documentos acumulados ou coletados, caracterizam a “memória materializada da humanidade” (Martinez-Comeche, 2000, p. 6, *apud* Lund, 2022, p. 15)

Tendo em vista que, a partir do amadurecimento da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, como disciplinas independentes tanto, seja em aspectos científicos, disciplinares e interlocutórios, observa-se que – mesmo que de forma superficial – a adoção de um olhar convergente, com foco na prática, poderia contribuir para dilemas enfrentados no cotidiano dos profissionais.

A exemplo disso, a partir de uma noção ampla de documento comum às três disciplinas, reflexões acerca de semelhanças e singularidades presentes nos processos, métodos e práticas, poderiam indicar caminhos para problemas reais.

Tratando-se dos espaços de atuação do arquivista, do bibliotecário e do museólogo, não são raros os casos de profissionais qualificados em mundo ideal, se defrontarem com a falta de recursos, impedindo o cumprimento de todas as etapas do tratamento documental, assim como problemas éticos, em que gestores institucionais demonstram indiferença a procedimentos basilares.

Em termos comparativos, no âmbito dos processos biblioteconômicos, a referida análise documentária encontra similaridade no campo da Representação Temática da Informação, que se subdivide em Representação Descritiva e a Representação Temática.

A primeira trata dos elementos extrínsecos ao documento, que correspondem à análise para sua descrição física (descrição bibliográfica ou registros bibliográficos). Já a segunda lida com elementos intrínsecos a ele, que se relacionam com as operações da análise conceitual e com a representação (tradução) do conteúdo do documento, isto é, a atribuição de seus assuntos-núcleo (assuntos fundamentais/principais), que constituirão os pontos de acesso temático para sua recuperação em catálogos, índices e outras fontes (Cordeiro, 2019, p. 11).

De forma um pouco menos próxima, o exame do objeto como parte do processo de musealização, a similaridade com a análise documentária pode ser compreendida na observação das propriedades intrínsecas e extrínsecas. Gutiérrez-Usillos, o primeiro conjunto de propriedades está relacionado com a materialidade e com o contexto de produção/coleta. Já o segundo conjunto de propriedades, remetem para a vida museal do mesmo. Cabe destacar, que em ambos conjuntos de propriedades, são estabelecidas relações com a face imaterial dos objetos.

Informação intrínseca do objeto, é aquela consubstancial ao próprio objeto, que porta informação sobre o artista, a produção, a época, a sociedade e a cultura que o produziu. Em uma pintura de um museu de Belas Artes, seria o tipo de madeira selecionada para o chassi, o tipo de tecido da tela, o tipo de pigmento utilizado, a iconografia representada etc. A informação extrínseca é aquela que se vai adicionando ao objeto ao longo de sua história e aporta conhecimento sobre a vida do mesmo, como os números de catálogo ou inventário adicionados aos objetos, etiquetas adicionadas com todo tipo de informação (proprietários, exposições, transportes, empresas, fabricantes de molduras etc.), marcas, siglas, têxtis vários, que podem ter um significado topográfico, identificar um conjunto etc. (2010, pp. 145-146, tradução livre)

Em alternativa à caracterização apresentada por Gutiérrez-Usillos (2010), identifica-se a possibilidade de experimentar a aplicabilidade das propriedades por Cook (2012) focadas na análise de documentos arquivísticos.

## 5 CONCLUSÃO

Relacionado a própria evolução do conceito de documento, transitamos em pouco tempo em modelos expressivamente distintos de produção e uso da informação e do conhecimento, transmitidos até pouco tempo, por meios materiais.

Ou seja, ascendemos a uma Sociedade Industrial percebida no século XVIII, em que “o principal fator de mudança e criação de riqueza, [foi] orientando a alta produtividade dos meios e processos produtivos”, resultando em um progresso técnico atrelado ao desenvolvimento da inovação e aperfeiçoamento das práticas tecnológicas disponíveis. (Freire, 1991, p. 51) Na sequência adentramos em uma Sociedade da Informação, concebida nos anos 1970 e caracterizada por

uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão de informação se convertem nas fontes fundamentais da produtividade e do poder por conta das novas condições tecnológicas surgidas neste período histórico. (Castells, 1999, p.186 *apud* Burch, 2005, p 4)

Para enfim nos anos 1990, nos inserirmos na denominada Sociedade do Conhecimento, “centrada no processamento de informação, na geração do conhecimento e nas tecnologias da informação” (Castells, 1999 *apud* Burch, 2005, p. 4). Este modelo vigente, a revolução tecnológica, não opera centrada na informação e no conhecimento propriamente ditos, mas na aplicação do conhecimento e informação em aparatos de geração de e processamento da informação/comunicação, em um círculo de retroalimentação acumulativa entre a inovação e uso.

Sem compromisso com a verdade, no senso comum, observa-se que a compreensão do que é um documento ainda está atrelada com objetos fisicamente estáveis e materialmente delimitados, bidimensionais, preferencialmente em papel, contendo informações gráficas e ou iconográficas, acompanhadas de uma assinatura ou timbre.

Em uma virada repentina, mesmo que evidentemente essas acepções não passem despercebidas, os consensos conceituais sobre as propriedades dos documentos agora estão melhor ancorados aspectos formais, uma vez que foi posta em evidenciar a materialidade do artefato. Em termos práticos, ou mesmo burocráticos, a incompreensão daquilo que é analógico, digital, eletrônico, virtual, real, material e imaterial, ofuscam a clareza de procedimentos.

Recentemente, pude experimentar conflitos dessa compreensão. Por necessidades pessoais, necessitava de uma *cópia autenticada* de um documento nato digital. O documento em pdf destinado a mim, continha a assinatura eletrônica avançada<sup>14</sup> do remetente. Recorrendo a dois tabelionatos na Grande São Paulo, um alegou a impossibilidade de materializar e *autenticar* tal documento, associando a isso a impossibilidade de conferir a integridade do objeto digital e, por sua vez, o outro tabelionato da cidade vizinha, realizou a demanda a contento.

Tratando-se de itens de coleções ou de fundos, tais cenas da institucional ou vida cotidiana, impõe, em especial às Ciências da Informação e às Ciências Sociais Aplicadas, a necessidade de uma revisão teórico-conceitual que permita apreender o documento em suas múltiplas dimensões: física, informacional, contextual e funcional.

---

<sup>14</sup>“É a assinatura eletrônica provida por meio do portal gov.br, a partir da Lei n. 14.063/20, que regula o tipo de assinatura a ser utilizado nas relações entre o cidadão e os serviços públicos. Todo cidadão tem acesso a essa modalidade de assinatura desde que se qualifique no modelo de autenticação existente no portal, de modo que quando a qualificação é prata ou ouro, pode-se ter acesso ao serviço de assinatura disponível em <https://assinador.iti.br>” (BRASIL, s.d., p. 4).

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. Perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, v. 19, n. 1, 2013, pp. 213-238.
- ARAUJO, V. M. R. H. D. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**. Brasília: Ibict, v. 24, n. 1, 1995. n.p.
- BARRETO, E. S. Desmaterialização desmistificada: o potencial poupador da tecnologia e suas implicações ambientais. **Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, 41, 2013. Foz do Iguaçu: ANPEC. 2014.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivística: objetos princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BETTIOL, E. M. Necessidades de informação: uma revisão. In: **R. Bibliotecon**. Brasília: UnB, v. 18, n. 1, 1990. pp. 59-69
- BRASIL. Instituto de Tecnologia da Informação. **Cartilha de uso: validar o seu validador de assinaturas eletrônicas**. [Brasília]: ITI, [s.d.]. Disponível em <https://validar.iti.gov.br/Docs/cartilha-de-uso.pdf>
- BRIET, S. **O que é a documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.
- BURCH, S. Sociedade da informação/ Sociedade do conhecimento. In: Alain Ambrosi... [et al] (coord.). **Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação**. [Paris]: C & F Éditions, 2005. n.p.
- CAMARGO, A. M.; GOULART, S. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc, 2015.
- COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2012. pp. 123-148.
- CORDEIRO, R. I. D. N. **Processos e produtos de representação temática da informação**. Brasília: CAPES : UAB; Rio de Janeiro: Departamento de Biblioteconomia. FACC/UFRJ, 2019.
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: ICOM Brasil, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2013.
- FERNANDES, R.; CENDÓN, B. V.; ARAÚJO, C. A. A. Ciências da Informação: um estudo de caso na Universidade Federal de Minas Gerais. In: **Brazilian Journal of Information Science**. Marília: Unesp, v. 5, n. 1, 2011. pp. 3-36.
- FREIRE, I. M. Barreiras na comunicação da informação tecnológica. **Ciencia e Informação: Ci. Inf.**, Brasília: Ibict, v. 20, n. 1, 1991. pp. 51-54.
- GIL, F.; PETITOT, E. Uno/múltiplo. In: **Enciclopédia Einaudi: Dialética**, v. 10. [Lisboa]: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1988. pp. 244-321

GUIMARÃES, J. A. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: Georgete Medleg Rodrigues, Ilza Leite Lopes (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, v. 2, 2003. pp. 100-117.

GUTIÉRREZ-USILLOS, A. **Museología y documentación**: critérios para la definición de um proyecto de documentación en museos. Madrid: Ediciones Trea, 2010.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão (trad.). 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

LE GOFF, J. Documento / Monumento. In: LE GOFF, J. In:[texto extraído de] \_\_\_\_\_. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. n. p. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf>.

LOUREIRO, M. L. D. N. M.; LOUREIRO, J. M. M. Documento e musealização: entretecendo conceitos. In: Alice Semedo... [et al.] (ed.) **MIDAS: Museus e estudos interdisciplinares**, n. 1, abr. 2013.

LUND, N. W. Teoria do documento. In: **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2022. pp. 6-46.

MARTIN, G. A.; THEPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTÍNEZ-COMECHÉ, J. A. El documento y las nuevas tecno logías: hacia una definición integradora. In: **Investigación Bibliotecológica**. Cidade do Mexico: Unam, v. 12, n. 25, 1998. pp. 51-63

MARTÍNEZ-COMECHÉ, J. A. **Teoría de la información documental y de las instituciones documentales**. Madrid: Editorial Síntesis, [1995].

MEYRIAT, J. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: UFMG, v. 21, n. 3, 2016. pp. 240-253.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. n. p.

SILVA, F. T. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira In: **História**. São Paulo: Unesp, v. 24, n. 1, 2005. pp. 127-166.

SMIT, J. W. Entre arquivos, bibliotecas e museus: a interdisciplinaridade em pauta In: José Francisco Guefi Campos & Associação de Arquivistas de São Paulo(org). **Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas**. São Paulo: ARQ-SP, 2017. pp 29-37